

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 9 de março de 2001

Ano 3 Nº 48

Decisão do TJ sobre eleição da Mesa sai dia 12

Justiça determinou nova eleição para a Presidência da AL. Enquanto este impasse não é resolvido, Knaesel permanece no comando da Casa

(foto Jonas Lemos Campos)

Por decisão judicial, o deputado Gilmar Knaesel (PPB) retornou no último dia 28 à presidência da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. A liminar, concedida pelo desembargador João Martins, resultou de um mandado de segurança apresentado pelas bancadas de oposição, que contestaram a eleição do deputado Onofre Santo Agostini (PFL) quando disputou a presidência do Poder, no último dia 15 de fevereiro, com o deputado Jorginho Mello (PSDB). Sua volta à presidência foi possível devido à Resolução 74/2000, aprovada em dezembro passado, que assegura aos integrantes da Mesa Diretora ficarem no cargo até nova eleição.

Agravo de Instrumento - Durante esta semana, os deputados governistas entraram com um *Agravo de Instrumento*, medida judicial que pede revisão da liminar que determinou a anulação do segundo turno, por falta de *quorum*, e afastou o pefelista Onofre Agostini da presidência.

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça definiu uma audiência para a próxima segunda-feira (12), às 14 horas, para julgar o agravo regimental. O julgamento, que vai ocorrer em caráter extraordinário, atende a convocação do desembargador



Líderes das bancadas reunidos com Knaesel

João Martins, uma vez que esse impasse está estagnando o Legislativo.

Solução à vista

Na próxima semana os acordos podem ser mais concretos, adiantou Onofre Agostini. Segundo ele, independentemente do resultado da decisão judicial, os dois blocos devem selar acordo em benefício do Legislativo. Já o deputado Jorginho Mello, que continua candidato à vaga de presidente, está convicto que a decisão da liminar será mantida e aguarda nova eleição, desta vez com *quorum* e com todos os 40 parlamentares presentes.

O presidente em exercício, Gilmar Knaesel, garantiu em reunião com as lideranças partidárias que se até quarta-feira não houver decisão do Judiciário ou acordo entre os parlamentares, marcará imediatamente nova eleição. “O resultado do julgamento nessa segunda-feira não encerra o caso, pois a liminar necessita ser julgada no mérito, além das possíveis contestações em instâncias superiores”, justifica.

Entrave administrativo

A deputada Ideli Salvatti (PT) e o deputado Jaime Mantelli (PDT) contestaram a recondução do ex-presidente para dirigir os trabalhos do Poder, aceitando-o apenas como condutor do processo de votação em segundo turno da sessão que vai eleger os novos membros da Mesa.

Os líderes Milton Sander (PPB), João Rosa (PTB) e Júlio Garcia (PFL) emitiram uma nota oficial garantindo que irão aguardar o pronunciamento final e definitivo do Poder Judiciário para então deliberar sobre a eleição da Mesa Diretora. Enquanto isso não ocorrer, prometem “exercer na forma legal e regimental todas as atividades de Plenário e Comissões Técnicas, bem como os atos administrativos competentes para o regular e normal funcionamento do Poder Legislativo”.

No entanto, desde o recomeço dos trabalhos em Plenário, no dia 15 de fevereiro, não houve *quorum* suficiente para votação em nenhuma sessão.

**Indústria da
sonegação prejudica
o Estado**

Página 4

**Conflito entre índios
e agricultores no
Oeste**

Página 5

OPINIÃO

Segurança pública



A Assembléia Legislativa, em virtude da anulação do processo de votação que elegeria seu novo presidente, encontra-se paralisada, mas no recesso parlamentar eu percorri quase todo o Estado de Santa Catarina e mantive inúmeros contatos com policiais civis e militares.

O governador Esperidião Amin já antecipou o cronograma de pagamento dos salários atrasados deixados pela administração passada, só falta um mês para concluir o pagamento dos policiais civis.

A concretização deste pagamento, que poderá sair nos próximos dias, vem amenizar um pouco a situação em que se encontrava as duas corporações.

Venho incessantemente reclamando o pagamento destes salários atrasados. E agora, mesmo estando praticamente solucionado, continuo a apelar ao Governo do Estado para que conceda um reajuste salarial às

Polícias Civil e Militar.

No que diz respeito à Polícia Civil, este reajuste deve atingir, acima de tudo, todos os funcionários do quadro, menos os delegados de polícia – que já têm salário compatível com a função.

O requerimento que apresentarei à Assembléia Legislativa nos próximos dias neste sentido e a audiência que terei com o governador do Estado para rerepresentar essas reivindicações refletem a luta que venho empreendendo desde que assumi o meu mandato, e creio que ainda no primeiro semestre deste ano o governador deverá se sensibilizar e atender a essas reivindicações.

Com relação à estrutura da Segurança Pública em nosso Estado e no País, já encaminhei ao Poder Executivo as propostas devidas e à Presidência da República muitas sugestões. Parte delas já foram aceitas e estão em prática. Outras dependem do Congresso.

Deputado Heitor Sché (PFL)

Um tapinha dói



Um tapinha dói. Se for na cara, dói mais. Se “jogar na cama”, der “muita pressão” e chamar de “cachorra” a dor é ainda maior. Mas pior, pior mesmo, é escutar essas pseudomúsicas e ver a coreografia dessa violência sendo praticada como se fosse uma brincadeirinha por crianças, adolescentes, homens e, pasmem, pelas próprias mulheres!

É desesperador ver isso nos primeiros momentos do novo milênio, do novo século, anunciado como sendo o século das mulheres.

Anos e anos de lutas, de debates, de busca de respeito e de reconhecimento da condição da mulher como ser humano se amesquinham frente a essa baixaria consentida e veiculada, à exaustão, por concessões públicas que não têm nenhum controle social e se dão o direito de incentivar a violência de forma descarada ou “artística”, como neste caso.

A violência contra a mulher dói mais porque, na maioria dos casos, vem de alguém “que ama”. São os maridos, os namorados, os amantes – ou os ex -, os pais, os irmãos que “carinhosamente” espancam, agredem, matam mulheres.

Isso está, infelizmente, comprovado. Nos homicídios de mulheres, os autores do crime são, na grande maioria, conhecidos ou familiares. Nos casos de homicídios de homens, o mesmo não ocorre.

Está mais do que na hora de implementar o debate levantado pela nossa atual prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, que exigia, na Câmara dos Deputados, a imediata instalação e constituição do Conselho

Nacional de Comunicação, como prevê a Constituição do nosso país. Esse Conselho não serviria para exercer a censura, mas para estabelecer parâmetros éticos compatíveis com o desenvolvimento cultural da sociedade brasileira.

A nossa deputada Luci Choinaski, em Brasília, também tem se manifestado a respeito desses retrocessos culturais que, como uma epidemia, tomaram conta da mídia nacional nos últimos meses. Devido a iniciativas como a de Luci, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher divulgou uma nota de repúdio a respeito das tais “músicas.”

O documento ressalta que “a música, enquanto uma das manifestações artísticas mais sensíveis da experiência humana, deve ser um instrumento de libertação da humanidade e não um veículo por meio do qual se constróem e repõem violências morais sobre aqueles e aquelas que a ela dão forma, conteúdo e sentido”. Em outro trecho, a nota do Conselho diz que “além de serem vitimizadas por inúmeros tipos de agressões – físicas e simbólicas - as mulheres, ao escutarem tais canções, são obrigadas a conviver com um discurso moral que legitima socialmente as agressões das quais são vítimas.”

Portanto, comemorar o primeiro 8 de março do novo século com ecos carnavalescos de todo esse lixo sonoro que ousam chamar de música, e que incentiva a violência contra as mulheres como algo engraçadinho é uma afronta à dignidade e à luta das mulheres.

Deputada Ideli Salvatti (PT)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)

2º Vice-Presidente:

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)

2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)

4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PMDB)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Noeli Livi, Stela Martins

Redatores: Marisé Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas

Revisão: Margareth Genovez

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

ESPECIAL

Sessão solene para homenagear Antonieta de Barros

Em 11 de julho de 2001 Antonieta de Barros, primeira deputada catarinense, completaria cem anos de existência.

A realização de sessão solene no próximo dia 20 de março, às 19 horas, para comemorar a abertura do centenário de nascimento de Antonieta de Barros, foi requerida esta semana pela deputada Ideli Salvatti (PT).

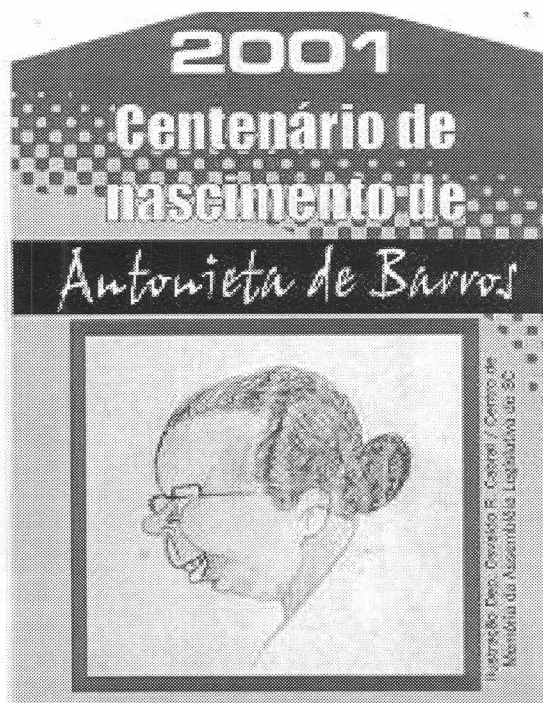
Nascida em 11 de julho de 1901, em Florianópolis, Antonieta de Barros foi a primeira mulher a exercer o mandato de deputada estadual no Legislativo catarinense. Foi eleita por dois mandatos: 1935/37 e 1947/51. Pobre e negra, rompeu preconceitos de classe, gênero e étnicos. Como professora, fundou o "curso Antonieta de Barros", que dirigiu até sua morte, e lecionou nos colégios Coração de Jesus e Dias Velho, no Instituto Esta-

dual de Educação, na Escola Normal Catarinense e na Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Lauro Müller.

Foi escritora e jornalista. Fundou e dirigiu o jornal *A Semana* (1926) e esteve na direção do jornal *Vida Ilhoa* (1930) - ambos periódicos literários de Florianópolis. Escreveu crônicas publicadas em diversos jornais e revistas e editou o livro *Farrapos de Idéias* (1937), utilizando-se do pseudônimo "Maria da Ilha".

Vida contada em vídeo

Presidindo a comissão organizadora dos 100 anos de nascimento de Antonieta de Barros, a deputada Ideli Salvatti lançou nesta quinta-feira (8), data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, na Sala de Imprensa da Assembléia, o vídeo "Antonieta de Barros: professora, deputada, mulher e negra". Com duração de 20 minutos e produzido pela equipe de profissionais da TVAL, o filme conta a trajetória de vida daquela que foi a primeira mulher negra no país a exercer mandato parlamentar. Segundo Ilson Chaves da



Silva, diretor da TVAL e autor da pesquisa, direção e roteiro do vídeo, trata-se de um trabalho meramente jornalístico, com narrativas e depoimentos. "Contamos com diversos colaboradores na realização da pesquisa histórica, e até a finalização desse trabalho foram 60 dias de empenho da nossa equipe", declarou.

Campanha da Fraternidade

A realização de sessão especial da Assembléia alusiva à Campanha da Fraternidade 2001, que tem como tema "Vida Sim, Droga Não", foi requerida pelo deputado Francisco de Assis (PT), que, destacando a importân-

cia do tema para o debate nacional e estadual sobre o mundo das drogas, convidou a representação estadual da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para participar do ato. Em sua justificativa, Assis diz que "a Campanha da Fraternidade sempre traz um tema relevante da convivência humana que interpela a consciência das pessoas e exige profunda reflexão e respostas concretas".

Segundo o deputado, neste ano a Campanha da Fraternidade está voltada para o grave problema das drogas, que vêm afetando dramaticamente milhares de pessoas, famílias e vários setores sociais. "A produção e o tráfico de drogas tornaram-se um grande negócio que interfere na política e na cultura do

povo. O problema passou a ser estrutural e de ordem mundial, o que exige a realização de um trabalho preventivo por parte dos cidadãos conscientes", salientou.

Assis entende que o dever de acionar as instâncias competentes para o cerceamento das poderosas forças que produzem e traficam drogas e para a recuperação dos atingidos por elas é de todos. "Temos que denunciar com coragem todos os estilos de vida que conduzem ao consumo de drogas, especialmente os mecanismos sociais do mercado neoliberal, que, com seu padrão de consumo insaciável, aumenta a competição e o individualismo, deixando um vazio existencial nas pessoas nele integradas e revolta nas que dele são excluídas, podendo levar ambas para o mundo das drogas", comentou.



COMISSÕES

Promotor confirma “indústria da sonegação”

O promotor público Ernane Goetten de Almeida, de Blumenau, confirmou nesta segunda-feira (5), em depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a evasão fiscal em todo o o



o Estado, presidida pela deputada Ideli Salvatti (PT), a existência de uma ver-

(fotos Jonas Lemos Campos)



tadeira indústria de sonegação tributária envolvendo inúmeras empresas da região do Alto Vale do Itajaí. Ele é autor de notificações contra cerca de dez empresas, as quais totalizam mais de R\$ 60 milhões em desvio fiscal.

Revelou, também, que as investigações sobre a “indústria da sonegação” estão prejudicadas porque os proprietários das

empresas citadas inscreveram-se no Refis e, assim, tiveram suas dívidas atenuadas.

O promotor citou que os diversos esquemas de sonegação envolvem roubo de cargas, transporte “frio”, notas “frias”, notas falsas e máquinas de cupom fiscal falsificadas. No entanto, segundo a deputada Ideli Salvatti, a inscrição das empresas no Refis não impede que os crimes cometidos sejam investigados pelas Polícias Civil e Federal. “A CPI deve tomar medidas para viabilizar esta questão”, disse.

Ernane Goetten confirmou também o envolvimento do ex-fiscal Luiz Ayr, na época coordenador regional da Fazenda na região e hoje vereador de Blumenau, além de outros fiscais de tributos, que davam cobertura aos esquemas de sonegação. Frisou, porém, que todas as empresas denunciadas não são tradicionais, têm menos de 10 anos de existência.

Cronologia da CPI da Sonegação

23/9/00 – Solicitada pela deputada Ideli Salvatti (PT), a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para investigar denúncias de sonegação fiscal em todo território catarinense.

19/10/00 – Presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), determina a instalação da CPI.

21/11/00 – Instalação da CPI e definição do cronograma dos trabalhos.

28/11/00 – Depoimento do ex-presidente do Conselho Estadual dos Contribuintes, José Aleixo Dellagnelo, e do atual, Cidemar José Dutra.

30/11/00 – Integrantes da CPI reúnem-se em Blumenau para ouvir o depoimento do promotor Ernane Goetten de Almeida, autor de diversas denúncias contra empresas da região do Vale do Itajaí.

5/12/00 – Depoimento dos conselheiros Jorge da Cunha Ocampo Moré Jr., Orlando Jacó Silva e Cláudio Luiz Pereira sobre o cancelamento da multa ao Grupo Makenji, no montante de R\$ 17 milhões.

6/12/00 – Depoimento do conselheiro André Luiz Silveira Machado, também a respeito do caso Makenji, o qual afirmou categoricamente que os disquetes apreendidos nessa empresa podiam ser adulterados sem deixar vestígios.

12/12/00 – Presidente da CPI, deputada Ideli Salvatti, decide requerer na Justiça a perícia dos 167 disquetes de computadores apreendidos pela Fiscalização da Fazenda nas lojas pertencentes ao Grupo Makenji.

22/02/01 – CPI decide ouvir novo depoimento do promotor Ernane Goetten de Almeida.

5/3/01 – Promotor Ernane de Almeida confirma em depoimento a existência de uma “indústria de sonegação” na região do Vale do Itajaí e denuncia o ex-fiscal e coordenador regional da Fazenda Luiz Ayr por conivência.

14/3/01 – CPI vai ouvir depoimento do ex-coordenador da Fiscalização da Fazenda de Blumenau Luiz Ayr, às 9 horas, no Plenarinho.

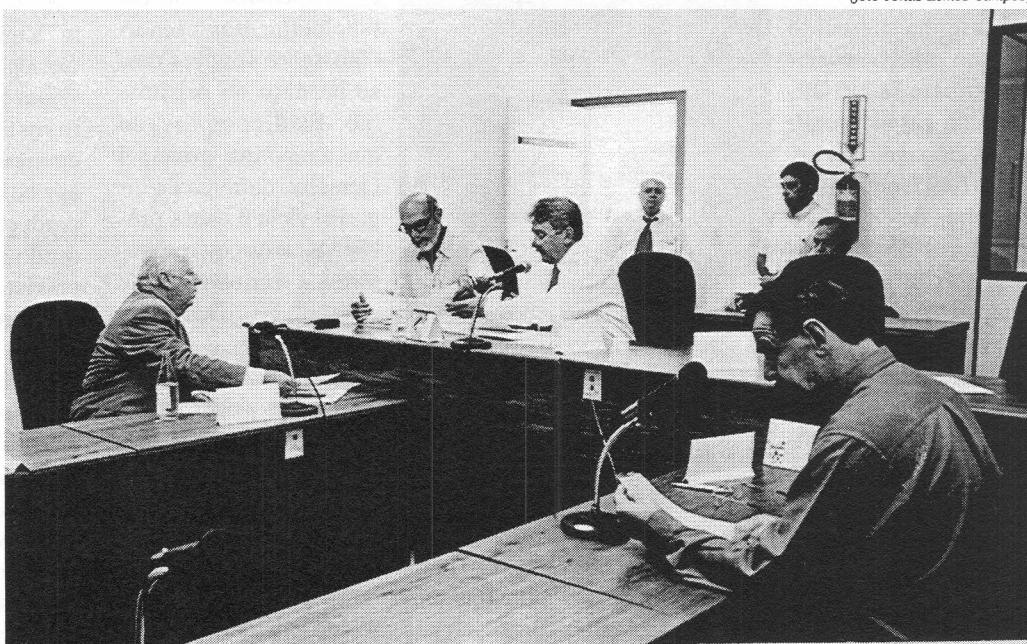
COMISSÕES

Deputados debatem conflito entre índios e agricultores no Oeste

(foto Jonas Lemos Campos)

O impasse gerado pelo conflito de terras entre produtores rurais e indígenas no Oeste do Estado, o ICMS sobre o leite e a questão da febre aftosa na Argentina foram os temas em pauta na primeira reunião de trabalho da Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), realizada nesta terça-feira (6).

O parlamentar pretende convidar, para reunião na próxima semana e posterior audiência pública, representantes das partes envolvidas no conflito, do governo federal e do Fundo de Terras de SC com o objetivo de buscar uma solução para a crise. "Os índios têm o direito à área garantido



Comissão de Agricultura inicia trabalhos com pauta cheia

Comercialização do milho

Reivindicações

A Comissão de Agricultura fez esta semana indicação ao governador e aos secretários da Agricultura e da Fazenda solicitando a adoção de medidas efetivas no sentido de viabilizar o recebimento da produção e a garantia de preço para o milho, evitando que os produtores sejam punidos por terem respondido aos estímulos oferecidos pelo governo na busca da auto-suficiência. Lembra que em SC o milho é a cultura mais importante em área plantada e volume de produção, já que o Estado é o maior produtor nacional de carne de suínos e aves.

"Há necessidade de as autoridades governamentais, em parceria com o setor agroindustrial, tomarem medidas para garantir a comercialização do milho e a remuneração ao produtor, sob pena de serem inviabilizados todos os esforços empreendidos por eles, o que resultará na diminuição do plantio do milho nas próximas safras", alerta Sopelsa.

Aliando-se à luta dos produtores, Herneus de Nadal (PMDB) encaminhou correspondência ao ministro e ao secretário da Agricultura, aos deputados catarinenses em Brasília e à direção do Banco do Brasil alertando que o achatamento do preço da saca do milho que vem acontecendo este ano prejudica e desestimula os pequenos agricultores, que ameaçam diminuir a área de plantio para as próximas safras, com prejuízo para toda a cadeia produtiva.

Por sua vez, o deputado Reno Caramori (PPB) enviou moção ao ministro da Agricultura solicitando a adoção de medidas urgentes visando fixar o preço mínimo para a comercialização da safra do milho dentro dos padrões aceitáveis para o setor, garantindo aos produtores a lucratividade necessária para continuarem a produzir.

pela Constituição, o mesmo acontece com os agricultores, com área adquirida, paga e escriturada. Temos informações de que as avaliações das propriedades feitas pela Funai não cobrem 20 a 30% dos investimentos realizados na terra", disse Sopelsa.

Leite - A Comissão está solicitando ao secretário da Agricultura, Odacir Zonta, informações detalhadas sobre a febre aftosa na Argentina e sobre as providências que serão tomadas para evitar que a doença ataque o rebanho catarinense, colocando-se à disposição do Executivo para colaborar nesta tarefa.

A isenção de ICMS no Rio Grande do Sul ao leite longa vida está trazendo dificuldades para a indústria leiteira do Estado e prejuízos para milhares de famílias que sobrevivem da atividade, garante Sopelsa. "Aqui em SC o ICMS é de 12%, então queremos que o governo do Estado se ajuste ao RS, ou vice-versa, pois somente uma empresa de Concórdia industrializa 300 a 400 mil litros por dia", falou.

Laboratório de controle Sopelsa já havia participado, na última semana, de audiência com o secretário Zonta, na qual manifestou seu apoio à implantação de um laboratório de controle de qualidade do leite em Santa Catarina.

"O leite catarinense precisa ser competitivo para fazer frente às exigências da Organização Mundial do Comércio, além de ser uma necessidade básica para garantir a saúde da população", justifica o parlamentar.

Acompanhado de representantes da Udesc, do Senai e do Sindileite, Sopelsa afirmou ao secretário que a indústria de laticínios do Estado precisa adequar-se ao Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite, a ser implantado brevemente em todo o País.

Segundo ele, o secretário demonstrou sensibilidade quanto ao pleito e prometeu encaminhar uma proposta para ser analisada mais profundamente pela área técnica do governo.

PLENÁRIO

Lei proíbe venda de cigarros a menores de 18 anos

(foto Jonas Lemos Campos)

Embora o assunto tenha merecido pouco espaço nos noticiários, o Diário Oficial do Estado publicou, em janeiro, a Lei nº. 11.697, que proíbe a venda de cigarros a menores de 18 anos em território catarinense. A iniciativa partiu do deputado estadual Narcizo Parisotto (sem partido) por meio de um projeto de lei aprovado na Assembléia em dezembro do ano passado.



Deputado Narcizo Parisotto

Segundo o parlamentar, satisfeito com a sanção do governo, a lei será mais um instrumento para coibir o uso do cigarro e prevenir sobre os males causados. “O Estado catarinense era um dos poucos onde a venda do cigarro não era proibida a menores. Esperamos agora que a lei possa também conscientizar os jovens e

os proprietários de estabelecimentos comerciais sobre as ações desse produto no organismo. Está comprovado que a nicotina, principal elemento químico do cigarro, vicia e causa problemas cardíacos, respiratórios e vários tipos de câncer”, justifica Parisotto.

O deputado lembra que em muitos países considerados de Primeiro Mundo, como os Estados Unidos, os governos têm procurado adotar medidas para inibir o hábito de fumar, e o alvo principal tem sido os adolescentes. “No Brasil, no ano passado, alguns deputados federais tentaram impedir a propaganda do cigarro por completo. Isso prova que existe uma conscientização das autoridades quanto ao problema. Por enquanto, a prevenção ainda é o melhor remédio”, alerta.

Votação informatizada

A realização de audiência pública para obter esclarecimentos sobre o sistema de votação informatizado nos Poderes Legislativos, em especial sobre o painel utilizado na Assembléia Legislativa de SC, foi requerida pelo deputado Rogério Mendonça (PMDB). O pedido foi motivado pelas recentes denúncias na imprensa sobre fraudes no sistema de votação do Senado Federal. O parlamentar diz que esta Casa deve receber informações detalhadas das empresas responsáveis sobre a instalação e manutenção do painel. A data da audiência ainda não foi definida.

Pagamento para hospital – Ao secretário da Saúde, Mendonça solicita o pagamento urgente de créditos devidos pelo Estado de Santa Catarina à Sociedade Beneficente Hospital São Lucas, de Guaraciaba. O parlamentar alerta que a dívida do Estado relacionada a AIHs para com aquele hospital, que está passando por sérias dificuldades financeiras, referente a 1999 e 2000, está ameaçando sua sobrevivência.

Normas para utilização de material didático

Diminuir a rotatividade dos livros didáticos utilizados nas escolas e com isso facilitar o acesso das classes de baixa renda à educação é o que pretende o deputado João Henrique Blasi (PMDB) por meio de um projeto de lei, apresentado recentemente na Assembléia Legislativa. “Não é raro ouvir reclamações, no início de cada ano letivo, de pais insatisfeitos com a rotatividade na utilização de livros adotados pelas instituições de ensino, porque isso impossibilita o acesso de alunos financeiramente carentes a esse material”, justifica.

Por conta disso, Blasi propõe que as instituições de ensino fundamental e médio do Estado mantenham por pelo menos quatro anos os livros didáticos utilizados por seus alunos. “O prazo estipulado também vai possibilitar que o livro adotado possa ser reaproveitado, uma vez que em disciplinas como Português ou Matemática, por exemplo, não há alterações substanciais de conteúdo num período tão exíguo de tempo”, argumenta.

Linha de Crédito

o presidente da República e ao Ministro da Agricultura, o deputado Gelson Sorgato (PMDB) está pedindo que sejam asseguradas linhas de crédito para investimentos nas áreas de beneficiamento e armazenamento das safras agrícolas. De acordo com Sorgato, a produção de grãos no Estado vem crescendo de forma significativa, com safra prevista de 5,5 milhões de toneladas. O problema são as dificuldades para beneficiar e armazenar os produtos, o que desestimula os agricultores a permanecerem no meio rural.

Rótula – Sorgato também é o autor do requerimento que solicita ao DNER/SC a construção de uma rótula na BR-282, Km-507, no município de Xanxerê. A obra, segundo o parlamentar, vai permitir maior segurança à comunidade e o incremento das indústrias e empresas da região. “O local serve de acesso a importantes estabelecimentos empresariais, responsáveis por parcela significativa no desenvolvimento daquela comunidade, bem como à sede do município de Xanxerê”, justificou.



Deputado João Henrique Blasi

No caso de uma eventual substituição do material por parte das instituições educacionais, o projeto prevê que a autorização deverá partir do órgão central do Sistema Estadual de Educação.

Ainda de acordo com a proposição, assim que a lei for publicada, o órgão central terá um prazo de 60 dias para expedir um comunicado às escolas públicas e privadas quanto aos procedimentos a serem adotados na utilização ou substituição desses livros.

Herneus pede explicações para Amin

“As contas que o governo apresenta não fecham com os números que anuncia”

O deputado Herneus de Nadal (PMDB) encaminhou pedidos de informação ao governo estadual com o objetivo de saber se o Estado, por sua Procuradoria-Geral, ajuizou ações contra gestores da administração direta e indireta do governo 1995/1999, por transferência de recursos financeiros dos fundos para o erário.

Também pede que informe a fundamentação jurídica do pagamento de despesas com inativos do Ipesc; a transferência pela secretaria da Educação para a conta única do Tesouro do Estado de recur-

sos provenientes da cota-parte do salário-educação, tendo deixado de aplicar no ensino fundamental, segundo o parlamentar, o valor de quase R\$ 15 milhões.

Já ao secretário da Fazenda questiona as afirmações por ele feitas, em janeiro de 1999, no sentido de que a administração anterior havia deixado uma dívida de R\$ 1,5 bilhões. Diz que os números divulgados são divergentes e indaga o montante da dívida atual, os critérios contábeis utilizados para a divulgação dos números e como se chegou ao resultado da dívida de R\$ 500 milhões.

Solicitações para o Alto Vale

Várias solicitações de atendimento a municípios do Alto Vale do Itajaí estão sendo feitas pelo deputado Heitor Sché (PFL) a autoridades estaduais. Ao governador Esperidião Amin, pede a implantação da microrregião do Vale Norte de SC, com o objetivo de viabilizar ações integradas de desenvolvimento, e a aquisição de um trator escavador para Trombudo Central, no valor de R\$ 60 mil, uma vez que a prefeitura, além de ter seu parque de máquinas sucateado, não dispõe de recursos para adquirir novos equipamentos nem pavimentar vias urbanas do município.

À secretária do Desenvolvimento Social solicita a construção de um centro de múltiplo uso em Agronômica, já que o município carece de espaço físico para a implementação de programas de atendimento social e cultural à comunidade e a aquisição de equipamentos rodoviários.

Já ao secretário do Desenvolvimento Urbano pede ações de infra-estrutura e desenvolvimento urbano em Ibirama; ao secretário dos Transportes e Obras, a pavimentação e drenagem pluvial das vias urbanas de Dona Emma e a estadualização e pavimentação da estrada que liga este município a Taió.

Leite in natura na merenda

A inclusão do leite in natura na merenda escolar foi requerida ao governador e ao secretário da Educação pelo deputado Milton Sander (PPB) com o objetivo de agregar maior valor nutritivo à merenda e proporcionar

mais sabor ao lanche oferecido aos alunos. “Isso implicará em estímulo à produção catarinense, já que o Estado possui excelentes produtores em quase todas as suas regiões, em vez de apenas beneficiar multinacionais”, salientou.

Trasbordamento em rios

Em decorrência dos problemas ocorridos por causa das fortes chuvas que caíram no Estado, o deputado Onofre Agostini (PFL) encaminhou requerimento ao Ministério da Integração Nacional solicitando recursos financeiros para a dragagem dos rios das Pedras e Itajaí do Oeste, em Rio do Oeste, localizado no Alto Vale do Itajaí.

O parlamentar espera que

sejam liberados recursos na ordem de R\$ 1,2 milhão para a execução dessa obra. Segundo ele, as intempéries que se abateram sobre o Estado trouxeram muitos prejuízos aos rizicultores, que já perderam aproximadamente 15% das plantações em virtude do transbordamento das águas destes rios. “É premente que o pedido seja atendido, para que se evite mal maior”, alertou.

Melhorias para o Norte

A transformação da Companhia da Polícia Militar em Jaraguá do Sul em Batalhão da PM foi requerida esta semana pelo deputado Francisco de Assis (PT) ao governador do Estado. Solicita, ainda, melhorias para a região Norte, entre elas o levantamento cartográfico e a macrodragagem dos rios Negro e Iguazu, para combater as cheias na região; a pavimentação da Rodovia do Arroz, que liga Joinville a Jaraguá do Sul, e das rodovias Papanduva/Vale do Itajaí e Massaranduba/São

João do Itaperiú, que vai beneficiar os rizicultores da região; bem como a ampliação do porto de São Francisco do Sul, o quinto maior porto brasileiro, para agilizar seus serviços.

Assis também apresentou um pedido de informação ao governador indagando quanto o Estado gastou em saúde e educação com recursos próprios nos municípios de Florianópolis e Joinville de janeiro de 1999 a fevereiro de 2001 como foram feitas as aplicações.

Nobel da Paz

O deputado João Henrique Blasi (PMDB) encaminhou moção ao presidente da República apoiando a indicação da médica catarinense Zilda Arns Neumann, de 66 anos, ao Prêmio Nobel da Paz. Fundadora e coordenando desde 1983 a Pastoral da Criança, que presta atendimento a um milhão e meio de crianças e a 76 mil gestantes nas áreas de saúde, nutrição, educação e cidadania, ainda lidera cerca de 150 mil voluntários, que atuam em mais de três mil municípios brasileiros. Zilda já recebeu vários prêmios em reconhecimento ao seu trabalho voltado aos direitos humanos, principalmente por ter revolucionado o combate à mortalidade infantil no Brasil, popularizando o uso do soro caseiro e oferecendo orientação sobre o aleitamento materno.

Cofins

A bancada catarinense na Câmara Federal o deputado Reno Caramori (PPB) está solicitando a aprovação do Projeto de Lei nº 3923/2000, que altera a legislação das contribuições para a seguridade social – Confins – e para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep. O projeto visa preservar sistematicamente a cobrança de contribuições sociais e eliminar a cumulatividade incidente sobre as operações de venda de mercadorias e serviços, acabando com o chamado “efeito cascata”.

ESPECIAL

Assembléia homenageia mulher catarinense

Conquista da igualdade de direitos e oportunidades e repúdio à discriminação e à violência foram os temas centrais da sessão

O Dia Internacional da Mulher foi comemorado na tarde de hoje (8) na Assembléia Legislativa, através de uma sessão solene requerida pela líder da bancada do PL, deputada Odete de Jesus. A prefeita da Capital, Ângela Amin (PPB), foi escolhida como exemplo da mulher catarinense, sendo o destaque da solenidade, que reuniu ainda representantes de segmentos feministas organizados no Estado.

Em seu pronunciamento, a deputada Odete de Jesus destacou a luta das mulheres pela "conquista da igualdade, contra a discriminação e a violência e por mais espaço na sociedade". Lembrou seu trabalho na implantação da Escola de Mulheres, que hoje é uma realidade em Santa Catarina, e citou Ângela Amin como "exemplo de mulher determinada, de grande caráter humanitário e de um perfil administrativo que ultrapassou as fronteiras de nosso



Prefeita Ângela Amin e deputada Odete de Jesus

Estado, sendo escolhida como a prefeita número um do País".

A prefeita e as deputadas Odete de Jesus e Ideli Salvatti (PT) receberam placas comemorativas ao Dia Internacional da Mulher do presidente do Poder, deputado Gilmar Knaesel (PPB).

Ângela Amin, falando em nome das homenageadas, referiu-se à necessidade de uma legislação específica destinada a garantir mais espaços para as mulheres na sociedade, espe-

cialmente no campo de trabalho, a fim de proporcionar mais equilíbrio e justiça social.

Os deputados Onofre Agostini (PFL) e Ivan Ranzolin (PPB) também se manifestaram. Agostini fez questão de lembrar as mulheres já falecidas que contribuíram para a grandeza de nosso País, como Anita Garibaldi, a heroína de dois mundos. Ranzolin destacou as ações das mulheres no mundo contemporâneo e suas atividades diárias na sociedade, onde conseguem se destacar na vida pública e na iniciativa privada.

Concluindo a solenidade, o presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel, referiu-se ao grande passo

dado pelas mulheres atuais na conquista da igualdade de direitos e oportunidades. "Elas são a maioria em número mas continuam sendo tratadas como minorias", enfatizou.

Caminhoneiros em debate

O deputado Manoel Mota (PMDB) viajou a Brasília neste dia 8 para participar da segunda rodada de negociações envolvendo representantes dos sindicatos dos caminhoneiros e os ministros da Justiça, do Transporte, da Fazenda e do Trabalho. A reunião foi realizada na sede do DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem).

Segundo Mota, os caminhoneiros insistem no cumprimento do acordo firmado com o governo, que prevê a apresentação de uma planilha de frete por Estado, a abertura de linhas de crédito para compra de caminhões e rastreadores e a utilização de um cartão magnético nas praças de pedágio. "A categoria reivindica condições mínimas de sobrevivência, pois ela transporta aproximadamente 80% da economia deste país", justifica.

AL realiza sessão solene em Joinville

A Assembléia realiza nesta sexta-feira, às 14 horas, no Patheron Prinz Hotel, por iniciativa do deputado Adelor Vieira (PMDB), uma sessão solene em homenagem aos 150 anos de fundação de Joinville. Participarão da solenidade, além do presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), os demais membros da Mesa Diretora, deputados da região e o governador Esperidião Amin (PPB).

Na oportunidade serão prestadas homenagens a ex-deputados estaduais, como o ex-governador Pedro Ivo Campos,

Nagib Zattar, Max João Colin e Mário de Souza Lobo, todos já falecidos.

Entre as personalidades políticas que ainda continuam em atividade e que foram deputados estaduais, destacam-se o atual vice-governador Paulo Bauer, Eni Voltolini, Geovah Amarante, Carlito Merss, Luiz Henrique da Silveira, Raulino Roskamp, João Gaspar da Rosa e Miraci Deretti.

A segunda mulher a ocupar uma cadeira na Assembléia Legislativa, Ingeborg Colin Barbosa Lima, também será homenageada.